

Piso dos juros cai para 29%

■ Comitê de Política Monetária optou por uma redução conservadora, mas diminuiu o intervalo entre a taxa mínima e a máxima

Wladimir Gramacho

BRASÍLIA – O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu ontem as taxas básicas de juros de forma cautelosa e conservadora. O piso dos juros, até ontem definido pela taxa over/Selic, de 32% ao ano, voltará agora a ser marcado pela Taxa Básica do BC (TBC), que foi fixada em 29%. A rigor, o Copom resgatou a TBC, que estava desativada desde setembro – auge da crise financeira internacional –, quando foi congelada em 19%. A Taxa de Assistência do BC (Tban), que estabelece o teto das taxas básicas de juros, caiu de 42,25% (nível que nunca chegou a ser utilizado pelo Banco Central) para 36%. Com isso, o intervalo entre o piso (29%) e o teto (36%) da banda de juros caiu de 10,25 pontos percentuais para sete pontos.

Muda pouco – Para a economia real e para o cidadão que tiver que ir ao banco em busca de financiamento, a queda definida ontem pelo Copom em pouco ajudará. Além da taxa básica com a qual o Banco Central opera para emprestar dinheiro às instituições financeiras, há outro componente também relevante para definir os juros bancários: a taxa de inadimplência. A única expectativa de alento para quem precisa de empréstimo bancário é que a inadimplência, hoje em 9,2% do total de crédito, caia substancialmente em janeiro com o uso do 13º salário na renegociação de dívidas. O raciocínio vale tanto para pessoas físicas quanto para as empresas.

Com a decisão de ontem, a política de juros do Banco Central volta a funcionar no modelo existente antes da crise russa, deflagrada em agosto, que levou pânico aos mercados financeiros do mundo todo e já afastou do Brasil cerca de US\$ 30 bilhões, reduzindo as reservas internacionais de US\$ 70 bilhões para US\$ 40 bilhões em quatro meses. Certamente, um dos elementos avaliados pelo Copom para impor tal gradualismo na redução do custo do dinheiro foi o fato de o país continuar perdendo dólares, mesmo depois do acordo com o Fundo Monetário Internacional e do compromisso do governo com o ajuste fiscal.

Volta da TBC – A partir de hoje, o Banco Central voltará a emprestar dinheiro aos bancos pela TBC, cuja linha de financiamento dispõe de R\$ 5 bilhões.

A queda dos juros na proporção definida ontem – de três pontos percentuais entre a taxa Selic e a TBC – pode reduzir em cerca de R\$ 10 bilhões o custo anual de financiamento da dívida do setor público, que atualmente é superior a US\$ 360 bilhões. Apesar dessa economia, vários analistas apostavam numa redução mais ousada da taxa de juros.

“O Banco Central deveria ter fixado a TBC abaixo de 29% para mostrar que confia no ajuste fiscal e para contribuir com esse mesmo ajuste, reduzindo o custo de rolagem da dívida pública”, avaliou o economista Roberto Padovani, da consultoria Tendências. Segundo ele, as atuais condições da economia brasileira permitiam uma queda maior, para algo entre 26% e 27%. “Não existe fundamento econômico que justifique esse gradualismo”, critica o economista.

Padovani cita a composição do chamado “cupom cambial” para defender uma redução maior das taxas. Essa conta marca o limite mínimo dos juros, que não podem ser reduzidos sob pena de estimular a saída de dólares do país. Nas contas da Tendência, o cupom é definido por 5% relativos à remuneração dos títulos do tesouro americano, 10% cobrados pelo risco de quebra da economia brasileira, 8% de desvalorização cambial e 3% de cobrança de impostos.

A próxima reunião do Copom está marcada para o dia 27 de janeiro. Participam da reunião o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, o diretor de Política Monetária, Francisco Lopes, e os demais diretores do banco.

Josemar Gonçalves – 05/11/98



O diretor do BC, Francisco Lopes, participou da reunião do Copom

AP